

Do Portugal Medieval: entre Filosofia e Teologia, entre Ortodoxia e Heterodoxia¹.

Celeste Natário²
Universidade do Porto

A *Escola* é, em sentido amplo, a instituição cultural fundamental para a compreensão do pensamento medieval. É a partir da sua importância e significado que toda a mundividência deste grande período se pode entender.

O acesso à cultura era possível apenas aos que frequentavam a *escola*, sendo esta por isso a instituição básica que permitia o acesso ao saber e, nessa medida, ao poder. Não existiam bibliotecas livres, mas apenas bibliotecas e livrarias centradas na escola, o que, como é óbvio, impossibilitava qualquer tipo de acesso autónomo ao saber, ou seja, a existência de autodidactas.

Tendencialmente, a cultura escolástica era fortemente “vigiada”, o que em parte explica uma certa unidade cultural na Europa medieval, tendo como característica fundamental apontada, o facto de parecer ser, para muitos, uma cultura de transmissão e menos de criação e invenção, situação que não deixa de ser discutível, mesmo que a concepção medieval de verdade seja a de uma verdade constituída por oposição à verdade por constituir.

¹ Publicado em: *Ibérica: revista interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos*, ano III, nº 13, Juiz de Fora, Março-Junho/ 2010, pp. 35-43.

² Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Enquanto investigadora, tem-se dedicado, em particular, à filosofia e cultura portuguesas, tendo publicado: *O Pensamento Dialéctico de Leonardo Coimbra: reflexão sobre o seu valor antropológico* (1997); *O Pensamento Filosófico de Raul Proença* (2005); *Entre Filosofia e Cultura: percursos pelo pensamento filosófico-poético português nos séculos XIX e XX* (2008); *Itinerários do Pensamento Filosófico Português: da Origem da Nacionalidade do Século XVIII* (2010); *Pascoaes: Saudade, Física e Metafísica* (2010). Tem organizado múltiplos encontros científicos. Coordena o projecto de investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal” (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto).

É neste contexto que Portugal adquire o estatuto de nação independente. Na época, escolas catedralícias, paroquiais, capitulares, monacais, existiam poucas, mas as que existiam estavam estrategicamente situadas. Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça são dois casos de importantes escolas monacais. Funcionavam em mosteiros de monges, sujeitos a uma *regra*. Tinham uma estrutura curricular mais complexa do que as restantes e nelas ensinava-se o designado *trivium* (gramática, retórica e dialéctica), não se administrando pelo menos até ao séc. XV em Portugal o ensino do *quadrivium* (embora houvesse alunos que iam para o estrangeiro e com esse conhecimento se familiarizando), o que já acontecia, contudo, noutras escolas da Europa. É de referir ainda que, não obstante, o *trivium* se constituir como um conjunto de disciplinas propedêuticas para o acesso ao ensino da teologia, esta disciplina não era ministrada, o que só vem a acontecer em finais do séc. XIV, com a Dinastia de Avis.

Também, e por diversas razões, o convento dos cónegos regrantes de Santo Agostinho de Santa Cruz em Coimbra assumiu uma grande importância pela irradiação cultural que vai protagonizar³. Embora neste mosteiro se fizesse um estudo intensivo das Escrituras, havia alguns insatisfeitos com o saber aí adquirido, razão pela qual partiam para o estrangeiro, em busca do

³ Como se sabe, Santo António de Lisboa permaneceu algum tempo neste convento.

aprofundamento dos seus estudos e tentativa de satisfação das suas inquietações, onde não só já se ensinava Teologia como também o *Quadrivium*⁴.

Em Portugal o grande momento para encetar um maior desenvolvimento do saber inicia-se em 1290 com a fundação do *Estudo Geral*, no reinado de D. Dinis.

Existindo, de modo particular em Lisboa, uma certa população escolar, são sobretudo necessidades sócio-culturais sentidas pela própria Coroa e pelo que modernamente se designa como o “aparelho de estado”, as razões mais apontadas para a fundação da Universidade. De igual modo, era importante que os alunos que se deslocavam para o estrangeiro pudessem antes permanecer em Portugal, não só por razões económicas mas também porque a Igreja portuguesa não via com bons olhos essas deslocações. Chegavam informações que a doutrina *ortodoxa* da Igreja era nas Universidades estrangeiras posta em causa, dizendo-se que aí começavam a surgir heresias. Parece, pois, assistir-se também à necessidade de um certo controlo ortodoxo do ensino por parte da Igreja.

Falar aqui de Ortodoxia e Heterodoxia começa a fazer um certo sentido, sobretudo porque este binómio é tendencialmente apontado como uma

⁴ No sentido de ajudar estes alunos, que sobretudo se deslocavam para Paris, D. Sancho I vai conceder bolsas de estudo escolares. Registe-se esta característica dos portugueses de busca de conhecimento, de saber, que tem origem bem cedo. Desde o princípio da nacionalidade, a errância, a itinerância, pelas mais diversas razões, é uma realidade.

característica da Filosofia em Portugal, o que desde logo nos permite falar do pensamento português como um “pensamento livre”⁵.

É natural que o ensino da Teologia assumisse uma importância decisiva no contexto da medievalidade. Em Portugal, a sua inexistência, até ao séc. XIV, nos currículos do *Estudo Geral*, quando a disciplina era já ensinada nas Universidades estrangeiras, parece justificar-se por razões de poder e por razões doutrinárias. Os desvios doutrinários que os estudos teológicos estavam a originar noutras universidades começa a preocupar a Igreja. Era por isso fundamental que os mestres (professores) de Teologia oferecessem toda a confiança. Em Portugal, Dominicanos e Franciscanos lutavam pela “posse” desta *cátedra*, o que obviamente não deixa de ser significativo.

É com a renovação da estrutura tradicional da Universidade, ocorrida com a dinastia de Avis, que surge o ensino da Teologia, ao mesmo tempo assumindo esta reforma um muito maior interesse pelas disciplinas curriculares voltadas para a Filosofia Natural e Moral, em que Aristóteles ocupava lugar fundamental.

A intenção da expansão ultramarina exigia uma específica formação de quadros. O ensino da Astronomia, Aritmética e Geometria tornava-se

⁵ José Marinho, como é sabido, irá valorizar muito esta característica do nosso pensamento, nomeadamente, no pensamento português contemporâneo, em Sampaio Bruno e Teixeira de Pascoaes: “...na linha dos nossos heterodoxos são Pascoais e Bruno os maiores pela profundidade das obras, e ainda os mais significativos pelos remotos laços que estabeleceram com uma tradição milenária de poetas e pensadores dos mais raros caminhos. Por outro lado, são bem cristãos, bem nobremente religiosos no âmago da sua mesma heterodoxia, sem o qual não tanto valeriam.” [in *Estudos sobre o Pensamento Português contemporâneo*, Lisboa, BN, 1981, p. 61]

fundamental, não sendo também por acaso que o grande reformador da Universidade tenha sido o Infante D. Henrique, que preparava a empresa dos Descobrimentos. Levando a cabo uma reforma sistemática da Universidade, regulamentando também todos os aspectos da vida da instituição. Será curioso verificar que aspectos aparentemente menores como o da distribuição de salas para a leccionação: a sala em que se ensinava teologia situava-se na parte superior do edifício, tornando-se obrigatório que, na sua decoração, se colocasse na parede uma pintura do Papa, uma de Aristóteles e outra ainda do Imperador ou do Rei.

Naturalmente que, ao longo de toda a história, os emblemas, os símbolos, tiveram, e continuam a ter, uma importância e uma força impressionantes, aos mais diversos níveis da vida dos homens e da sociedade, podendo mesmo considerar-se como formas que as mais diversas ortodoxias foram e vão usando sobretudo como meios de poder.

Os livros são, na Idade Média, o meio por excelência do saber. Daí a importância das livrarias e bibliotecas, numa ciência que é antes de mais de base livresca e onde é notória a estreita ligação entre o saber e o poder. As mais importantes livrarias situavam-se nas três bibliotecas dos mosteiros de Lorvão, Santa Maria de Alcobaça e Santa Cruz de Coimbra. De modo geral, o acto de leitura na Idade Média era entendido quase como um acto litúrgico, eivado de um sentimento de grande intimidade entre o leitor e o livro.

Mas, a par destas livrarias em que os livros aí existentes veiculavam acima de tudo uma cultura religiosa e canónica, começam, entretanto, a surgir livrarias particulares ou seculares e livrarias reais, num processo de luta e progressiva laicização da cultura, a que não é alheia a mutação histórica, social e política decorrente em Portugal da Revolução de 1383-85. Aliás, a *livraria real*, que até à dinastia de Avis era propriedade pessoal do Rei, passa a propriedade da Coroa, do Estado. Embora pertença ao Rei, torna-se numa instituição pública, passando a ser transmitida de Rei para Rei.

Livros sobre todas as ciências do tempo podem ser encontrados na biblioteca de D. João I, com um claro predomínio de obras de Astronomia, fundamentais para a preparação teórica das Descobertas que o Infante D. Henrique inicia.

*

A Europa nesta época constitui uma unidade espiritual informada e formada por uma única concepção de verdade, onde Deus é referência final e primeira causa ordenadora do cosmos, e o mundo visto como macrocosmos ordenado a partir de Deus, concepção comum às teologias cristã, judaica e muçulmana.

A cultura medieval pode caracterizar-se, por um lado, como uma cultura optimista, no sentido em que supõe uma ordenação integral do universo. Mas, se no plano metafísico há um optimismo há por outro lado ou em simultâneo um marcado pessimismo, este de natureza antropológica e moral, pois o

homem é visto como um ser degradado, resultante de uma queda que radica no pecado original.

Para a unidade espiritual e cultural da Europa, o plano linguístico tem nesta época uma importância fundamental. O latim é a língua *internacional*, ou supra-nacional, que se fala e ensina nas instituições escolares. A concepção de verdade, na realidade, toda a cultura e filosofia, era transmitida em latim, o que leva, aliás, alguns a questionarem se o latim foi uma causa da unidade espiritual da Europa ou uma consequência. Naturalmente, se uma cultura e uma filosofia deste tipo é veiculada para todos por uma única língua, essa mesma cultura e filosofia são muito mais supra nacionais do que nacionais. Por isso, pode bem perguntar-se se podemos falar verdadeiramente, na Idade Média, de filosofias nacionais, ou se haverá somente o que se pode chamar uma filosofia da *República Cristã*.

É certo que Cultura e Filosofia são, em última instância, supranacionais. Contudo, podemos falar de algumas formas de “nacionalização” da Cultura e da Filosofia. A língua pode exactamente ser entendida como uma dessas formas, pois é sempre já numa língua que toda a Cultura e, em particular, toda a Filosofia se exprimem.

Entre o séc. IX e o séc. XI, aquém e além Douro, englobando a Galiza, a língua portuguesa começa a despontar. No sul, para lá do Mondego, sobretudo uma população moçárabe falava um dialecto com algumas características

comuns ao português que vagarosamente ia evoluindo, até que se vai assistir a uma espécie de *exportação* por conquista, do norte do Mondego para todo o sul.

Não sendo de todo possível surpreender o movimento diacrónico da língua e do pensamento, e não sendo aqui esse o nosso intento, é possível simular aproximações a essa evolução da língua e do pensamento.

Sabemos que as primeiras manifestações escritas da língua portuguesa são de poesia e só depois romances, ficção e, mais tarde, obras teóricas.

Ora, o problema da língua e da construção sintáctica é fundamental para a expressão do pensamento. E é muito diferente escrever poesia, nomeadamente em português, e escrever obras teóricas.

Contudo, o exercício da escrita, primeiro em poesia e depois em romance, vai fornecer uma importante base para a escrita de textos teóricos, mesmo se as primeiras obras de poesia escrita em português, como também depois as de ficção, não fossem para ser lidas mas ouvidas.

As traduções assumem também nesta época uma curiosa forma de “nacionalização” da cultura e do pensamento, conseqüentemente, de fazer evoluir a língua e, naturalmente, de difusão de conhecimento. São disso exemplo as vastíssimas traduções medievais da vida dos Santos, regras de conventos, romances, obras místicas, filosofia patrística, solilóquios de Santo Agostinho, Santo Isidoro de Sevilha, etc.

Assim, são duas as vertentes linguísticas a considerar: a via culta, por meio das traduções e a via que se pode considerar mais popular, resultando da sua progressiva difusão comunicacional.

É no final do séc. XVI que, genericamente, se considera constituída a língua portuguesa, mormente com o surgimento das primeiras gramáticas de Fernão Lopes e João de Barros, sendo que o primeiro dicionário surge apenas no séc. XVIII.

A nossa referência à língua reside sobretudo no facto de considerarmos que há importantes aspectos que nela têm significativa relevância para a expressão filosófica, mesmo que não se afirme categoricamente que esta ou aquela característica da língua tenha uma inequívoca incidência na Filosofia, apesar de isso poder ocorrer segundo alguns intérpretes. Sabemos, por exemplo, da capital importância para a Filosofia do verbo ser, que deriva do latim culto *esse* e do latim vulgar *essere*, de que o português é tributário. Mas, curiosamente, na constituição do verbo ser, o português foi também buscar o verbo latino *se(de)r(e)*, que significava *estar sentado*, assim dando origem em português ao significado deste verbo como ser e estar de modo às vezes indistinto e alternado. Mas significa ser e estar a mesma coisa?

Em termos fonéticos, a nossa língua permite o que pode chamar-se uma espécie de ondulação. Não se fazem cortes abruptos no tempo que passa, prolonga-se no futuro a própria fonética, o que parece decorrer de uma intensa nasalização dos ditongos, onde as palavras parecem provocar eco. Contudo, há

ainda um outro aspecto aparentemente paradoxal, já que o português é também uma língua extremamente vocálica com uma grande subtileza de expressão: uma vogal nunca tem só um som, um tom ou dois tons absolutos, mas permite um som vocálico com várias tonalidades fonéticas.

Surgindo como uma língua às vezes áspera, às vezes suave (derivado também às *nuances* que as vogais podem ter), e por particularidades diversas, entre as quais as que referimos, parece que a língua portuguesa não é formalista mas anti-sistemática, pelo que a lógica gramatical e o espírito de sistema não é rígido. As vezes elípticos, outras hiperbólicos, outras redundantes, parece que o que na língua portuguesa mais interessa não é tanto a forma mas o sentido do que se diz, sendo, por isso, uma língua tolerante. Esta tolerância pode também ainda justificar uma outra característica dos portugueses que, é a existência de relações de comunicação extremamente oblíquas. As nossas formas de tratamento pessoal são muito variadas: entre o tu, o você, o senhor, etc., há uma infinidade de modos de difícil compreensão para quem não é português. Também, ainda na relação com o outro, temos, de um modo geral, grande dificuldade em dizermos rotundamente não, e os que têm essa facilidade são, em geral, conotados como agressivos. Entre o sim e o não existe para nós mais vezes um sim do que um não reticente.

Paralelamente, existem características da personalidade cultural portuguesa de natural e decisiva incidência e repercussão filosófica, a que também já aludimos. Eduardo Lourenço, um dos autores que,

contemporaneamente, mais se tem debruçado sobre estas características fala, por exemplo, de dois extremos no nosso modo de ser: a pretensão a uma exclusividade nacional face ao estrangeiro, por um lado, e, no outro extremo, uma certa negação de qualquer especificidade, originando um esquema dualista e maniqueu, em que ou somos ou melhores ou não valem nada. Em *O Labirinto da Saudade*, o referido autor analisa e discorre sobre este assunto com impressionante lucidez, apontando o sentimento de isolamento e um certo *complexo de ilhéu* como uma inequívoca marca dos portugueses.

Em relação ao estrangeiro, vivemos numa alternância entre a arrogância e a submissão, entre o complexo de superioridade e de inferioridade; continuamente desconfiamos do que vem de fora ou do que está lá, mas com um desejo de para lá partir, novamente regressando. Visto como um espaço isolador, não de ressonância do que sentimos, desde sempre tendemos para esse espaço. Aqui, sentimo-nos prisioneiros, e, lá, sempre queremos regressar.

O complexo de isolamento leva nitidamente à incompreensão dos limites da nossa própria realidade. Assistimos, assim, em termos de discurso, a uma alternância em que ou nos subvalorizamos ou nos sobrevalorizamos, oscilando entre a ironia, o sarcástico e a auto-ironia.

Aliás, na vertente por exemplo da hipervalorização nacional, e rompendo com o *sistema* e com o isolamento, viramo-nos para o futuro, sendo o *messianismo* a sua mais significativa expressão (com o Padre António Vieira, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva), originando o *sebastianismo* como uma

manifestação particular, atitudes que podemos articular com o messianismo judaico, ou não sofresse o povo judeu um similar complexo de isolamento.

Celeste Natário é Professora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – onde, desde 1998, tem leccionado a cadeira de “Filosofia em Portugal” do Curso de Licenciatura em Filosofia, para além de Seminários de Pós-Graduação, Mestrado e Doutoramento.

Enquanto investigadora, tem-se dedicado, em particular, à filosofia e cultura portuguesas, com diversas obras publicadas: *O Pensamento Dialéctico de Leonardo Coimbra: reflexão sobre o seu valor antropológico* (Edições do Tâmega, 1997); *O Pensamento Filosófico de Raul Proença* (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005); *Entre Filosofia e Cultura: percursos pelo pensamento filosófico-poético português nos séculos XIX e XX* (Zéfiro Ed., 2008). Tem igualmente organizado múltiplos encontros científicos. Coordena ainda o projecto de investigação “Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal”, que congrega alguns dos mais relevantes investigadores desta área, e integra a Direcção da NOVA ÁGUIA: REVISTA DE CULTURA PARA O SÉCULO XXI.